

## A universidade como polo de desenvolvimento local/regional

### The university as a center for local/regional developing

*Antonio de Oliveira Jr*  
[antonioojr@pontal.ufu.br](mailto:antonioojr@pontal.ufu.br)

Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal

Artigo recebido para revisão do evento em 22/04/2014, aceito para publicação em 11/05/2014 e recebido para publicação em 01/06/2014

#### Resumo

Este trabalho busca discutir as universidades como vetores indutores de desenvolvimento local/regional, propondo analisá-las, a partir da Teoria dos Polos de Crescimento, de François Perroux. Desta forma, as universidades são polos de desenvolvimento com capacidade de gerarem impulsos de crescimento para o lugar onde estão instaladas e para a região. Discute-se no trabalho a Teoria dos Polos de Crescimento, a partir de sua complexidade teórica e demonstrando com alguns estudos de caso.

**Palavras-chave:** universidade, desenvolvimento local, pólos de desenvolvimento

#### Abstract

This paper discusses the universities vectors to induce local / regional development, suggesting analyze them from the Theory of Growth Poles, François Perroux. Thus, universities are centers of development capable of generating growth impulses to the place where they are installed and the region. This paper discusses the theory of growth poles, starting from their theoretical complexity, demonstrating with some case studies.

**Keywords:** university, local development, growth poles

### 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico e social dos lugares pode ser analisado a partir de várias vertentes, das quais destacamos a implantação de instituições de ensino e pesquisa, responsáveis não somente pela formação de mão de obra qualificada, mas pela geração de um conjunto de conhecimentos multiplicadores de produtos, técnicas, tecnologias e também de novos conhecimentos, se constituindo numa espiral do ciclo da produção científica.

As universidades são multi-escalares, pois possibilitam aos lugares se conectarem com o mundo ao mesmo tempo em que se enraízam

localmente e regionalmente e se conectam globalmente, com significativos efeitos nos circuitos de produção e consumo da economia que repercutem de forma multiplicadora nas estruturas espaciais, sobretudo das cidades nas quais estão localizadas.

A curto e médio prazo expressam claramente o aporte de recursos do Governo Federal, que contribuí para o surgimento de várias outras atividades; e a médio e a longo prazo, as universidades contribuem com a qualificação de mão-de-obra, promovendo o desenvolvimento e a oferta de serviços qualificados, que seriam difíceis de dinamizar a nível local sem o ensino superior. Deste modo,

as universidades, como instituições de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento. O conjunto de suas atividades passa a dar origem a uma força de atração de consumidores e empresas, contribuindo para gerar um crescimento econômico-social local/regional.

Estudos diversos têm sido realizados com o objetivo de entender os efeitos dinâmicos e multiplicadores e os impactos gerados pela implantação de campi universitários no Brasil, seja do ponto de vista da política educacional seja a partir de um olhar que indique a inserção ou relação destas instituições nos lugares e nas regiões e seus impactos positivos e negativos, onde há um número menor, mas consideravelmente significativo e foco deste estudo.

Num mundo cada vez mais competitivo no qual as economias exercem um papel fundamental junto às sociedades e aos estados, formar pessoas para melhor qualifica-las e torna-las inseridas em um mercado global no qual os lugares e as regiões assumem a função de dirigirem o crescimento econômico, o motor alavancado pelo ensino superior possui o papel de contribuir para a promoção do desenvolvimento, não apenas econômico, mas social e cultural.

As estatísticas comprovam que o modelo de desenvolvimento baseado no alcance de um nível de desempenho do ensino superior associado a altos investimentos em ciência e tecnologia contribuem para que os países, as

regiões e os lugares tornem-se não apenas mais competitivos, mas com alto nível de qualidade de vida dado o elevado grau de desenvolvimento socioeconômico. Independente disto a implantação de universidades em cidades pequenas e médias causa um conjunto de efeitos, que possam vir a dinamizar ou não o crescimento de seus lugares.

A política nacional de democratização do ensino superior tem possibilitado não apenas uma democratização do acesso de milhares de estudantes ao ingresso ao ensino superior como também, contribuído para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento dos lugares. Isto pode indicar que nas próximas décadas algumas dessas cidades onde se instalaram novas universidades e novos campi, podem vir a se tornarem polos de produção econômica. No entanto, é necessário e prudente que também seja observado os impactos negativos, sobretudo para a população local, da atividade universitária, que já chega aos lugares excluindo, segregando e selecionando. Não podemos entendê-la como uma atividade produtiva comum, que aloca apenas trabalhadores especializados. A atividade universitária é uma economia que não gera produtos diretamente, mas sim uma quantidade considerável de valor embutido na qualidade do recurso humano gerado por meio do conhecimento. Se este é um de seus efeitos positivos indiretos não podemos deixar de lado uma leitura e análise de seus efeitos diretos, positivos e negativos.

Geralmente localizadas e implantadas em áreas urbanas, exceto algumas raras exceções que formam mão-de-obra para o mercado agrícola, as universidades tendem a causar uma gama considerável de efeitos que precisam ser analisados de forma a contribuir, inicialmente, para a formulação de políticas públicas setoriais de base.

## **2. BREVE HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

As universidades federais no Brasil possuem uma importância significativa na estrutura do ensino superior, seja pela sua dimensão seja pelo seu volumoso orçamento que muitas vezes supera o dos municípios onde estão instaladas.

Desde a institucionalização, embora precária, do ensino superior no Brasil com a criação do Curso Médico de Cirurgia na Bahia, logo após a chegada da Família Real no Brasil até a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia (2012), a construção de um projeto de nação que englobasse um projeto universitário foi muito conturbado, consequência de uma nação na qual o futuro estava preso ao passado e não avançava. Tardamente, quase um século depois é criada, em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal (...) [que] teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país (FÁVERO, 2006, p. 22).

Já nos anos 30, o projeto de modernização econômica associado a formação de bases intelectuais e de uma mão de obra qualificada que fosse capaz de contribuir para o desenvolvimento industrial do país, trouxe a tona a preocupação com a construção de um projeto universitário com a promulgação de um conjunto de medidas legais que fundamentaram a base da institucionalização para a Reforma Francisco Campos: o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31) a organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 19.852/31) e a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31) (FÁVERO, 2006)

Nos moldes da construção de um Brasil moderno são criadas a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal (1935), que quatro anos mais tarde é incorporada pela Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O fim do Estado Novo deu início a um processo de redemocratização do país e a uma descentralização do poder e das medidas administrativas. Além disso, é importante frisar que o país ensaiava, ainda de forma tímida, um conjunto de medidas e ações que culminaria algumas décadas depois num sistema de planejamento do território que privilegiaria a região como escala de intervenção. Era necessário, portanto, construir um projeto universitário capaz de atender a demanda por desenvolvimento que estava por vir.

O que estava em pauta não era mais apenas a universidade vista como um problema

local. O problema passou a ser uma questão nacional e preocupava diversos setores da sociedade, pois sabia-se que estava em jogo era o desenvolvimento do país.

O marco divisório do movimento pela modernização do ensino superior no Brasil foi a criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, tanto pelas suas finalidades como pela sua organização institucional. Sete anos depois, o governo militar implanta a Reforma Universitária de 1968. Promulgada pela Lei 5540, a reforma se mostrou autoritária, antidemocrática e centralizadora, embora com alguns avanços como a extinção da cátedra, o estabelecimento de uma carreira universitária aberta e baseada no mérito acadêmico, a instituição do departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa, e a criação dos colegiados de curso.

Junto a reforma, a Lei de Diretrizes e Bases de 1968, estabelece que as universidades deveriam seguir o princípio indissociável do ensino, pesquisa e extensão, privilegiando um modelo único de instituição de ensino superior. Esse modelo único ao mesmo tempo em que engessou todo o sistema de ensino superior público, possibilitou uma expansão de faculdades particulares. Já nos anos 80, o Brasil tinha 882 IES, sendo 65 universidades, 20 faculdades integradas e 797 estabelecimentos isolados, com um total de matrículas de 1.377.286, porém mais da metade em instituições de ensino superior não universitárias.

Somente a partir da segunda metade dos anos 90 tem-se um novo momento de expansão do ensino superior, com um crescimento de 32% do número de instituições entre 1995 e 2000 e 53,1% de matrícula. Em 5 anos, de 2000 a 2005, o crescimento é de 91,5%, com 2.260 IES e no período de 2000 a 2003, o número de matrículas aumentou 42,3%, chegando a um total de 3.887.771 alunos matriculados.

Em 2007, o governo federal elabora o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, que criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com o objetivo de elaborar medidas para democratização de acesso ao ensino superior (MEC, 2010).

Amparadas pela legislação de 2007, a atividade de expansão iniciada pelas universidades em 2003, encontra o seu marco legal. Com isto as instituições de ensino superior que aderiram a 1ª etapa do REUNI, finalizada em 2012, planejaram sua expansão física, pedagógica e acadêmica em direção ao interior dos estados. De 2003 a 2010 foram mais 14 novas universidades federais e mais de 100 novos campi, sendo Minas Gerais, o estado detentor do maior número de instituições desta natureza, onze no total (MEC, 2010)

No entanto, mesmo com o início de um duplo processo de descentralização-interiorização, a localização das universidades reflete o mapa das desigualdades sócio espaciais do país. Na verdade, o que podemos observar é

que este processo de expansão das instituições de ensino superior segue a trajetória do capital, do dinheiro no território, como bem nos lembrava Milton Santos. É a globalização que ao mesmo tempo em que cria condições de inserir os lugares em uma economia mundo, produz fragmentos isolados deste mundo, um mundo no qual a única modalidade de dinheiro possível é o dinheiro-moeda (SANTOS, 1999, p. 10). São os lugares do não globalizados, dos não inseridos nas redes, daqueles que despojados das condições de trabalho não conseguem ao menos produzir. São, tornam-se pobres. Pobres de um sistema globalizado que insiste em ampliar cada vez mais a pobreza em determinados lugares como se fosse o equilíbrio perfeito do capital.

É claro então que esta ditadura do dinheiro jamais se preocuparia em democratizar o acesso ao ensino superior. Era preciso fazer mais do que apenas criar novas universidades e instalar novos campi. A base física estava ali instalada em várias cidades de pequeno e médio porte. Faltava apenas democratizar o ingresso e a possibilidade de estudo para todos aqueles que almejavam uma formação profissional mais qualificada e que desse peso no mercado, ao final de tudo. Assim, a adoção do ENEM por várias universidades contribuiu para que não só pessoas possam mudar suas vidas, mas também os lugares de viver e estudar possam ser transformados.

Se a leitura por nós conhecida nos diz que a expansão das universidades foi pensada para cidades polos, podemos estar diante de

uma nova leitura da velha teoria dos polos de crescimento. O fato é que em muitos casos, a instalação de universidades em cidades pequenas e médias acaba representando uma retomada do desenvolvimento e crescimento social, político e econômico dos municípios, influenciando no aumento da oferta de emprego e renda, devido ao montante elevado de recursos públicos destinados aos custos de implantação, que envolvem basicamente infra-estrutura.

Desta forma podemos entender a instalação de campi universitários como uma atividade polarizadora, que tem sua base teórica constituída nos anos da década dos cinquenta, na Teoria dos Polos de Crescimento, de Perroux, importante para esta análise. Vamos revê-la.

### **3. A TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO**

Para Perroux (1967), desenvolvimento é desequilíbrio, e este processo no espaço pode ser apreendido através de conceitos como os de polarização e inovação, considerados fundamentos dos processos de transformação espacial. Perroux considera que na dimensão de um território nacional, o crescimento não se dá no tempo nem no espaço conjuntamente, manifestando-se em diferentes níveis de intensidade, em pontos localizados sobre o território. Estes pontos, Perroux denomina de Polos de Crescimento. E é por estes pontos, que setas de propagação induzem os fluxos de crescimento para o restante do território.

Sob um olhar a partir das empresas, Perroux considera o significado de cada um desses espaços. Para o desenvolvimento posterior de sua teoria, contudo, o fundamental é a localização das empresas no espaço econômico definido como campo de forças. Como tal, este espaço

é constituído por centros (polos ou sedes) de emanção de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro, que é ao mesmo tempo centro de atração e de repulsão, tem o seu próprio campo, que é invadido pelo campo de outros centros. Sob este aspecto, um qualquer espaço vulgar é receptáculo de centros e pontos de passagem de forças. (PERROUX, 1967, p.151)

A partir dessas considerações Perroux critica a economia espacial tradicional que, por interpretar a economia diretamente no espaço banal, torna-se processo de localização. Sua análise vai no sentido explícito de compreender as interrelações econômicas para além das limitações físicas e políticas. Todavia, a transposição que faz do plano dos espaços econômicos abstratos para o da banalização das atividades produtivas é marcado por uma constatação empírica:

O fato rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento, propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (PERROUX, 1967, p.164).

Enfim, a consolidação de uma rede urbano-industrial e de relações econômicas estaria segundo o autor, vinculada à implantação de um polo. Deste modo, o polo é visto como o

grande agente de redução das disparidades regionais.

A caracterização da indústria motriz tem por base a assunção antecipada de algumas características de ponta da grande indústria moderna: o nível de concentração de capital, a separação dos fatores de produção, a decomposição técnica de tarefas e a mecanização. Isto faz com que, durante o período em que o diferencial estabelecido por essas características for significativo, elas apresentem uma taxa de crescimento acima da média do setor e da própria economia como um todo.

Do exposto pode-se verificar que a teoria dos polos de desenvolvimento, se deixarmos de lado suas questões teóricas problemáticas e considerarmos o plano das formulações sobre o espaço geográfico, tem na noção de polarização um dos cerne da concepção de ordenamento do território. E este ordenamento formaliza-se como regionalização.

Os polos são vistos como geradores de regiões, elemento crucial quando da apropriação da teoria como fundamento para o planejamento territorial. Neste campo, aliás, a conceituação original frutificou sem maior rigor. Difundiram-se amplamente conceitos como os de “região homogênea”, “região plano” e “região polarizada”, na forma de traduções “naturais” correspondentes, respectivamente aos espaços econômicos que expressam conjuntos homogêneos, conteúdos de plano e campo de forças. Desse modo, os critérios teóricos dessa “ciência regional” decorrente do campo de

pensamento de Perroux admitem regiões caracterizadas por identidades (regiões homogêneas e de planejamento) e heterogeneidade (região polarizada). Neste último caso, explicita-se uma noção de região como locus de fluxos de elementos econômicos.

#### **4. A UNIVERSIDADE COMO UM POLO DE DESENVOLVIMENTO**

Mas o que faz de uma IES um polo? Podemos considerar a indução dos fluxos de crescimento com a formação de mão-de-obra que dê conta de suprir demandas locais e regionais? Assim como induzem, as universidades atraem investimentos, pessoas, capital, que alocados na cidade permitem requalificar e dinamizar as economias locais, podendo até levar a especializações dos lugares, como afirmamos anteriormente em Maillat (2002).

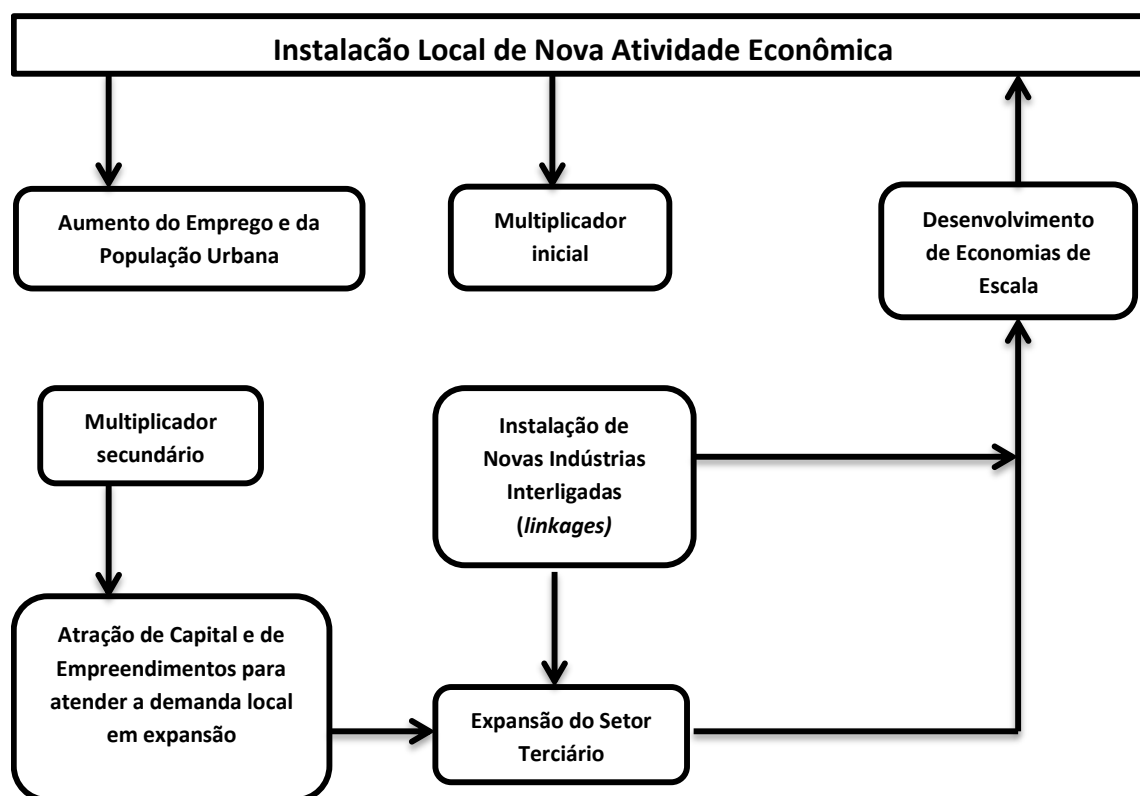
Neste conjunto de mudanças, os lugares vão adquirir um nível de especialização e concentração onde a ação voltada para estas “novas regiões” construídas a partir da valorização com base na competitividade, especialização e seletividade dos lugares, não vai mais ser o planejamento regional e sim as estratégias de desenvolvimento local, no qual novas formas de aglomeração econômicas “construirão” novos espaços de produção. Desta forma, o polo transforma o seu meio geográfico imediato.

A questão que se coloca é: podemos entender a instalação de um campus

universitário em uma cidade pequena ou média como uma atividade produtiva polarizadora? Como instituição de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, as IES assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento e suas atividades passam a ser uma força de atração de consumidores e empresas, contribuindo para gerar um crescimento econômico-social local/regional mais acelerado.

Para Botelho Júnior (2005), toda nova atividade instalada em uma região resulta no chamado efeito multiplicador dos investimentos que provocará um aumento do dispêndio, já que os trabalhadores gastarão sua renda comprando serviços locais, que levará ao aumento do insumo das firmas, que por sua vez aumentará a produção e gerará novos postos de trabalho, causando uma elevação maior no setor terciário, mais especificamente no setor de serviços. A figura 1 ilustra este processo multiplicador.

Schneider (2002) analisa a universidade como um atrativo de grande importância para o surgimento de novas atividades e investimentos nos municípios onde as mesmas são instaladas, devido ao volume considerável de recursos injetados, seja através do salário dos docentes e dos técnico-administrativos seja através do consumo efetuado pelos estudantes, o que desencadeia um efeito multiplicador para a economia do município.



**Figura 1** - Processo circular e cumulativo do crescimento regional  
 Fonte: Botelho Júnior (2005), citando Malecki (1991)

Importante considerar que o entorno dos campi tende a ser a área de maior valorização da renda da terra, o locus privilegiado para investimento imobiliário e de consumo direto, como shoppings, lojas, empresas de serviços, influenciando diretamente na melhoria da infraestrutura urbana trazendo a princípio benefícios a população. Mas isso não significa que as atividades econômicas da cidade como um todo, sobretudo o setor terciário, venha a ser impactado, até porque entre o tempo de decisão da implantação e o tempo final de construção das instalações definitivas existe um intervalo mínimo de 2 a 5 anos, constituindo em um conjunto de fatores de supra importância na economia local, exercendo um efeito dinamizador e multiplicador sobre as atividades econômicas locais (BOVO; SILVA; GUZZI, 1996, p. 71)

Nessa lógica de mercado, várias demandas começam a surgir tais como atividades de lazer, restaurantes, bares, moradia própria para estudante, locais para festas como chácaras, etc., dando início a um processo de geração de empregos.

Autores como Mathis (2001), Lopes (2003), Goebel e Miura (2004) concluíram que universidades são promotoras fundamentais para a consolidação do processo de desenvolvimento local e regional, a partir de análises diferenciadas.

Goebel e Miura (2004) analisam o papel da universidade como desencadeadora de desenvolvimento, com destaque para a sua importância como geradora de emprego e renda, mas também como geradora de recursos humanos locais e regionais, no município de Toledo, estado do Paraná (PR). Destacam os



impactos na formação da mão-de-obra qualificada acrescida da disseminação de desenvolvimento tecnológico através da pesquisa e da extensão e o seu papel de fomentar e dinamizar o desenvolvimento de serviços necessários à existência e manutenção do meio universitário (p. 46).

Estudo realizado sobre a instalação da UNIPAMPA na cidade de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, buscou analisar os impactos decorrente da atividade universitária. Os resultados indicam que por conta da chegada da UNIPAMPA, percebe-se uma crescente valorização dos imóveis já existentes no que se refere a valores de compra e venda, principalmente os imóveis próximos a universidade. Tem-se percebido também o aumento significativo do valor dos aluguéis, assim como o aumento da procura de imóveis por jovens (HOFF; MARTIN; SOPEÑA, 2011, p.167)

Outro estudo interessante é o desenvolvido por Mina, Ramos e Rezende (2011) que analisa os impactos econômicos da expansão universitária no município de Alfenas, Minas Gerais. Os autores avaliam os gastos médios dos estudantes e como este fator influencia no desenvolvimento local/regional. Concluíram que as mulheres apresentam um gasto maior do que os homens. Os gastos mostraram-se significativos com alimentação, lazer e saúde. Dentre os alunos de todas as áreas do conhecimento, os de Ciências da Saúde apresentam um gasto médio maior em todas as categorias, sendo significativo apenas com

habitação (MINA; RAMOS; REZENDE, 2011, p. 10)

Importante assinalar que estes estudos de impactos da implantação de campi universitários são bastante significativos, pois podem servir de vetores de planejamento, não somente para forma de criação das universidades como também para as administrações municipais pensarem o planejamento e a gestão urbana de suas cidades. Em tempos de globalização e de economias abertas, não apenas as regras do jogo de um mercado cada vez mais competitivo são levadas em conta e nem o alto grau de desenvolvimento científico e tecnológico, mas principalmente a educação superior [que] vem sendo identificada como o principal motor para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões. (ROLIM ; SERRA, 2010, p.2). Transformar conhecimento em produtos inovadores implica na articulação entre instituições, cidades, regiões e atores sociais. Este é um desafio constante, como nos lembra Rolim e Serra (2010).

Midlej e Fialho (2005, p. 172) analisando a relação existe entre universidade e região, entendem que a Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e cultura, ocupando lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, qualificando os diferentes níveis de ensino do próprio sistema educacional, além de desempenhar uma

pluralidade de funções em termos de formação acadêmico-profissional.

Neste sentido, entendemos que as universidades exercem um papel fundamental na dinamização dos espaços regionais direcionando fluxos e proporcionando uma maior articulação em escala territorial. São as universidades, instituições portadoras de um elevado grau de organização e transformação dos espaços, pois mobilizam recursos humanos e financeiros, que dinamizam as economias locais e regionais.

No entanto, em muitos casos, as universidades são instaladas em lugares onde elas apenas estão e não são da região. Aquelas que apenas estão, podem ser consideradas como verdadeiros enclaves territoriais. Nas palavras de Rolim e Serra (2010, p.2)

A realização dessas tarefas não é fácil. Existem muitas barreiras para o engajamento das universidades ao processo de desenvolvimento das regiões em que elas estão presentes. Algumas delas estão mais preocupadas com as questões do conhecimento universal, com temas de interesse nacional, formando alunos para o mercado nacional. Essas são aquelas que apenas estão nas regiões. Por outro lado existem as universidades que além de tratar das questões universais e nacionais também estão preocupadas com as questões específicas das suas regiões, pesquisam os temas das atividades econômicas das regiões, também forma alunos capacitados para os mercados de trabalho das suas regiões e

são parceiras dos demais atores regionais. Essas são as universidades da região.

O que nos interessa no desenvolvimento deste estudo é identificar o grau de interação espacial das universidades em relação às cidades e às regiões, assinalando aquelas que estão e as que não estão nas suas regiões.

Afirmamos no início deste projeto que as universidades são multi-escalares. Elas podem se articular e interagir tanto com o lugar a qual estão implantada como com a região, o território nacional e o mundo. Mas também podem estar muito mais ligadas apenas a um deles.

A questão que se coloca é: qual a contribuição das universidades para o desenvolvimento local/regional e conseqüentemente para uma maior articulação territorial?; Partimos da premissa que o desenvolvimento regional está diretamente relacionado com o nível de suporte educacional presente em um território e que as desigualdades regionais estão de acordo com os índices educacionais. Importante assinalar que estamos buscando entender a possível existência de um território articulado, mas não integrado, pelo fato de que para termos a existência de um processo de integração territorial é significativo a pré-existência de um conjunto de políticas e estratégias de planejamento setoriais integrados. No caso de um território articulado, pressupõe-se a existência de um conjunto de medidas e ações que fazem parte do escopo de uma única política setorial, no nosso caso, uma política de educação superior.

São as universidades, hoje, motores de um desenvolvimento e crescimento econômico em muitos casos tardio para alguns lugares distantes no território. Estamos diante de uma forma nova de gerar riquezas: o conhecimento capaz de gerar inovações. Ou seja, o desenvolvimento não é mais pautado apenas na capacidade de recursos minerais que um território possui, mas também no seu capital humano, único capaz de gerar novos produtos inovadores, pautados na informação

A bem da verdade, esta nova economia não é tão nova assim. Todo o desenvolvimento econômico produzido pela humanidade até hoje, independente do sistema político-econômico é resultado de investimentos em conhecimento, seja na forma de educação seja na forma de pesquisa. Vide o exemplo clássico da revolução industrial, que é nada mais nada menos do que o resultado de um investimento no conhecimento para produção de técnicas com base no conhecimento científico. A diferença é que o recurso, no caso o conhecimento, não é mensurável até o ponto quando se torna um produto, uma inovação.

## 5. CONCLUSÃO

Importante assinalar que o resgate de uma Teoria de Desenvolvimento Regional, muito aplicada em políticas regionais é um risco analítico muito grande. No entanto, torna-se também um desafio teórico, pois é primordial que alguns ajustes teóricos-metodológicos sejam realizados, face ao tempo de elaboração

DOI 10.5752/P.2318-2962.2014v24nespp1

da própria teoria. Decerto que entender as universidades como vetores de desenvolvimento regional, a partir da Teoria dos Polos só nós faz refletir sobre a complexidade da localização das universidades, dos seus impactos gerados positivos e negativos e da mesma como indutora de desenvolvimento local/regional. Esta é nossa proposta analítica para entender a relação espaço-universidade.

## REFERÊNCIAS

BOTELHO JÚNIOR, C. de O. **Uma Análise Econômica da Expansão da Educação Superior em Juiz de Fora**. Faculdade Machado Sobrinho, 2004. Disponível em <<http://www.machadosobrinho.com.br/extensao/nupe.pdf?PHPSESSID=83e1e3fd5b0c8d0773a86a1acaa53a67>> Acesso em 4 de outubro de 2012

BOVO, J. M. ; SILVA, R. T. da; GUZZI, V. de S. A inserção social da UNESP de Araraquara: sua importância na economia do município e na prestação de serviços à comunidade. **Perspectivas**, UNESP-São Paulo, n.19, p. 71-85, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **REUNI**. Disponível em <<http://reuni.mec.gov.br>> Acesso em 4 de outubro de 2012

FÁVERO, M. de L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>> Acesso em 12 de janeiro de 2014..

GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. **A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/>>. Acesso em 4 de outubro de 2012.

- HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'Ana do Livramento. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157 – 183, set/dez 2011
- LOPES, R.P.M. Avaliação do impacto financeiro da universidade pública na economia municipal: o caso de Vitória da Conquista. **Revista Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 71, p. 15-21, Abr 2000.
- MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. In: Interações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol 3, n.4, p.9-16, mar. 2002.
- MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **ADCONTAR**, Belém, v.2, n.2, p.19-30, 2001. Disponível em <<http://www.gpa21.org.br/pdf/8linstrumentos.pdf>> Acesso em 4 de outubro de 2012.
- MIDDLEJ, M. M. B. C.; FIALHO, N. H. Universidade e Região. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista. n. 1, p. 171-189 2005
- MINA, R. V.; RAMOS, P. S.; REZENDE, M. L. **Estudo dos impactos econômicos da expansão da Universidade Federal de Alfenas no município de Alfenas, Minas Gerais**. Disponível em: <<http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2012/arquivos/Estudo%20dos%20impactos%20econ%C3%B4micos%20da%20expans%C3%A3o.pdf>> Acesso em 20 de janeiro de 2014.
- PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa, Portugal, 1967
- ROLIM, C.; SERRA, M. Universidade e Região: ser da região X estar na região. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2010.
- SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial, **Território / Laget**, UFRJ, v.4, n.6 (jan/jun. 1999), p.5-20, Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- SCHNEIDER, L. **Educação e desenvolvimento: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS)**. UNIFRA: Santa Maria, 2002.